



**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado de Mato Grosso –
SEBRAE/MT**

**Demonstrações Financeiras Intermediárias
em 31 de março de 2018 e 2017**



Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Balanco Orçamentário	8
Notas explicativas às informações contábeis	9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso - SEBRAE/MT

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.509	30.606	Remunerações e Encargos	11	799	394
Numerários vinculados a convênios e programas	6	1.753	1.354	Obrigações Tributárias	12	548	671
Creditos a receber	5	1.201	1.220	Obrigações com convênios e contratos	13	51	48
Outros Créditos	7	179	399	Contas a pagar	15	2.054	4.003
Transações com convênios a executar		270	369	Obrigações sobre a folha de pagamento	14	2.673	3.380
Créditos com o Sistema SEBRAE	8a	3.913	9.342	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8b	3.856	4.336
		<u>42.825</u>	<u>43.290</u>			<u>9.981</u>	<u>12.832</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões			
Depósito Judicial	9b	98	96	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		-	-
				Obrigações com o Sistema SEBRAE	8b	4.053	4.527
Imobilizado	10	42.547	43.077			<u>4.053</u>	<u>4.527</u>
		<u>42.645</u>	<u>43.173</u>				
				Patrimônio líquido	16		
				Superávits acumulados		47.090	49.358
				Superávit/Déficit da exercicio		2.333	(2.304)
				Ajustes de avaliação patrimonial		22.013	22.050
				Total do patrimônio líquido		71.436	69.104
Total do ativo		<u>85.470</u>	<u>86.463</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>85.470</u>	<u>86.463</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José Guilherme Barbosa Ribeiro
 Diretor Superintendente


Eneida Maria de Oliveira
 Diretora Administrativa


Wander Cesar de Emilio
 Contador CRC-MT 5.245/O 9

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017


(Em milhares de Reais)

	Nota	31/01/2018 a 31/03/2018	31/01/2017 a 31/03/2017
Receitas operacionais			
Receitas com Contribuição Social (CSO)	8c	14.043	12.122
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	8c	2.138	1.200
Receitas empresas beneficiadas	18	920	1.569
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	-
Outras receitas operacionais		13	6
		<u>17.114</u>	<u>14.897</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(7.361)	(7.531)
Despesas com serviços profissionais e contratados	20	(4.081)	(3.141)
Custos e despesas de operacionalização	21	(2.503)	(2.064)
Encargos diversos		(301)	(336)
Variações Monetárias Passivas		(108)	-
Despesas com provisões		(224)	(213)
Despesas com depreciação e amortização		(540)	(534)
Outras despesas operacionais	22	(164)	(144)
		<u>(15.282)</u>	<u>(13.963)</u>
Superávit/Déficit antes do Resultado Financeiro Líquido		<u>1.832</u>	<u>934</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	550	989
Despesas financeiras		(49)	(64)
		<u>501</u>	<u>925</u>
Superávit/Déficit do exercício		<u>2.333</u>	<u>1.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



José Guilherme Barbosa Ribeiro
Diretor Superintendente



Eneida Maria de Oliveira
Diretora Administrativa



Wander Cesar de Emilio
Contador CRC-MT 5.245/O 9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso - SEBRAE/MT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido


Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávits do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.925	10.336	22.148	71.409
Incorporação do superávit do exercício anterior	10.336	(10.336)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	98	-	(98)	-
Superávit do exercício	-	(2.304)	-	(2.304)
Saldo em 31 de dezembro de de 2017	49.358	(2.304)	22.050	69.104
Incorporação do superávit do exercício anterior	(2.304)	2.304	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	37	-	(37)	-
Superávit/Déficit do exercício	-	2.333	-	2.333
Saldo em 31 de março de 2018	47.090	2.333	22.013	71.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José Guilherme Barbosa Ribeiro
Diretor Superintendente


Eneida Maria de Oliveira
Diretora Administrativa


Wander Cesar de Emilio
Contador CRC-MT 5.245/O 9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso - SEBRAE/MT

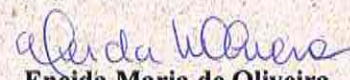
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais)	31/01/2018 a 31/03/2018	31/01/2017 a 31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício	2.333	1.859
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	540	534
Despesa de Provisão para Devedores Duvidosos	224	4
Custo de Baixa do Imobilizado		
	<u>2.873</u>	<u>2.397</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Numerários vinculados a convênios e programas	(399)	(4.205)
Valores a receber	19	(312)
Outros Créditos	220	269
Transações com convênios a executar	99	133
Créditos com o Sistema SEBRAE	5.428	(823)
Depósitos realizáveis a Longo Prazo	(2)	(2)
	<u>5.365</u>	<u>(4.940)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Benefícios a empregados e obrigações tributárias	282	(185)
Obrigações com convênios e contratos	3	10
Contas a pagar a fornecedores e Outros	(1.949)	450
Obrigações sobre a folha de pagamento	(707)	(406)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(955)	3.602
Provisões	-	-
Provisões para riscos fiscais e outras		
	<u>(3.326)</u>	<u>3.471</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	<u>4.912</u>	<u>928</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(9)	(913)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>4.903</u>	<u>15</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.903</u>	<u>15</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.509	30.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.606	30.697
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.903</u>	<u>15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José Guilherme Barbosa Ribeiro
Diretor Superintendente


Eneida Maria de Oliveira
Diretora Administrativa


Wander Cesar de Emilio
Contador CRC-MT 5.245/O 9



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso - SEBRAE/MT

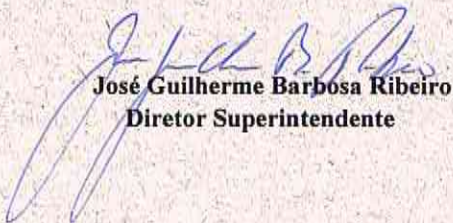
Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit/Déficit do exercício	<u>2.333</u>	<u>1.859</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.333</u>	<u>1.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José Guilherme Barbosa Ribeiro
Diretor Superintendente


Encida Maria de Oliveira
Diretora Administrativa


Wander Cesar de Emilio
Contador CRC-MT 5.245/O 9

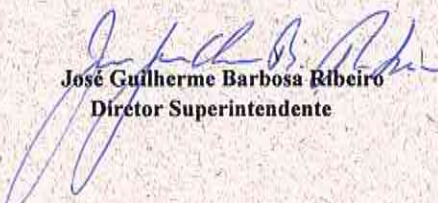
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Mato Grosso - SEBRAE/MT
Em 31 de março de 2018

Balanco Orçamentário - Sebrae/MT

R\$ mil

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual				Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual			
		Previsão Original (b)	Execução (c)	% (c/b)	% (c/a)			Previsão Original (b)	Execução (c)	% (c/b)	% (c/a)
Receitas Correntes	15.884	83.955	17.664	21,0%	111,2%	Despesas Correntes	13.294	85.149	14.434	17,0%	133,1%
Contribuição Social Ordinária-CSO	12.122	49.132	14.043	28,6%	115,8%	Pessoal, Encargos e Benefícios	7.531	31.625	7.361	23,3%	97,7%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	1.200	22.096	2.138	9,7%	178,2%	Serviços Profissionais e Contratados	3.141	33.672	4.080	12,1%	129,9%
Convênios com Sebrae/NA	0	0				Demais Despesas Operacionais	2.064	18.340	2.503	13,6%	121,3%
Convênios com Parceiros	0	205	0	0,0%	0,0%	Encargos Diversos	558	932	425	45,6%	76,2%
Aplicações Financeiras	989	3.000	550	18,3%	55,6%	Transferências (Parceiros)	0	580	65	11,2%	0,0%
Empresas Beneficiadas	1.569	9.522	920	9,7%	58,6%						
Outras Receitas	3	0	13		433,3%						
Déficit Corrente						Superávit Corrente			3.230		
Receitas de Capital	0	0	0			Despesas de Capital	1.045	10.625	566	5,3%	54,2%
Alienação de Bens	0	0	0	0,0%	0,0%	Investimentos / Outros	914	8.345	9	0,1%	1,0%
Operações de Crédito	0	0	0	0,0%	0,0%	Amortização de Empréstimos	131	2.280	557	24,4%	425,2%
Saldo de Exercícios Anteriores		17.000		0,0%	0,0%	Fundo de Reserva		5.182			0,0%
Receitas Totais	15.884	100.955	17.664	39,9%	115,3%	Despesas Totais	29.813	100.955	15.000	14,9%	50,3%
Déficit Total	0					Superávit Total	-13.929		2.664		
Total Geral	15.884	100.955	17.664	17,5%	111,2%	Total Geral	15.884	100.955	17.664	17,5%	111,2%

* Critérios de apropriação de despesas e receitas orçamentárias (Balanco Orçamentário) eventualmente diferem dos conceitos de reconhecimento contábil adotados no demonstrativo de resultado (DR), nas Demonstrações Financeiras.


José Guilherme Barbosa Ribeiro
 Diretor Superintendente


Encida Maria de Oliveira
 Diretora Administrativa


Wander Cesar de Emílio
 Contador CRC-MT 5.245/O 9



Notas explicativas que integram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se de outro modo indicado)

ÍNDICE

1	Contexto Operacional	10
2	Base de apresentação das demonstrações financeiras	11
3	Principais práticas contábeis	12
4	Caixa e equivalentes de caixa	18
5	Créditos a receber	19
6	Numerários vinculados a convênios e programas	19
7	Outros Créditos	19
8	Transações com o Sistema SEBRAE	20
9	Provisões	22
10	Imobilizado	23
11	Remunerações e Encargos	23
12	Obrigações e Tributárias	24
13	Obrigações com Convênios e Contratos	24
14	Obrigações trabalhistas	24
15	Contas a pagar	25
16	Patrimônio líquido	25
17	Receita com Contribuição Social	25
18	Receita de empresas beneficiadas	26
19	Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	26
20	Despesas com Serviços profissionais e contratados	26
21	Custos e despesas de operacionalização	27
22	Outros Despesas Operacionais	27
23	Resultado financeiro líquido	28

1 Contexto Operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso - SEBRAE/MT ("SEBRAE/MT" ou "Entidade") é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, instituída por objetivo primordial de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.999, CPA – Cuiabá/MT.

O âmbito de atuação do SEBRAE/MT constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/MT recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país. Os SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidade juridicamente autônoma.

O SEBRAE/MT é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu receitas da atividade própria como sendo somente as derivadas de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª Instância de que o art. 47 da referida IN é ilegal e, portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente "NBC TG") emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.2 Uso de estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10), provisões para perdas em processos judiciais e os passivos e as premissas relativos a planos de benefícios pós-emprego. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebidas no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 8). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - Contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 18).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos-financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis significativos abrangem: créditos a receber, valores a receber do sistema SEBRAE, contas vinculadas e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 04)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros, se houver, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos significativos: fornecedores, obrigações com convênios e contratos, valores a pagar ao Sistema SEBRAE e outras obrigações.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos como manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Terrenos e edifícios em uso que apresentaram seus valores substancialmente fora dos valores de mercado na data de transição às novas práticas contábeis adotadas no Brasil (1º de janeiro de 2009) foram ajustados em 2010 ao valor justo, por meio de laudos de avaliação de empresa especializada, decrescidos de depreciação acumulada subsequente, quando aplicável. A contrapartida desse lançamento foi reconhecida no patrimônio social em conta específica denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Foram aplicadas as seguintes taxas anuais de depreciação:

Descrição	Taxa de depreciação estimada
Edificações	2 a 4%
Instalações	5%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	20%
Veículos e acessórios	20%
Equipamentos de informática e software	20%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,78 a 5,56%

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 11).

Benefícios pós-emprego

O SEBRAE/MT é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/MT reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE contrata anualmente um atuário qualificado.

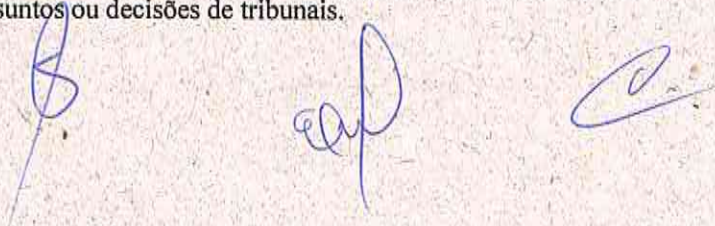
g. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

h. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9).

i. Provisão para perdas em processos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

Passivos contingentes decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

ii. Provisões trabalhistas

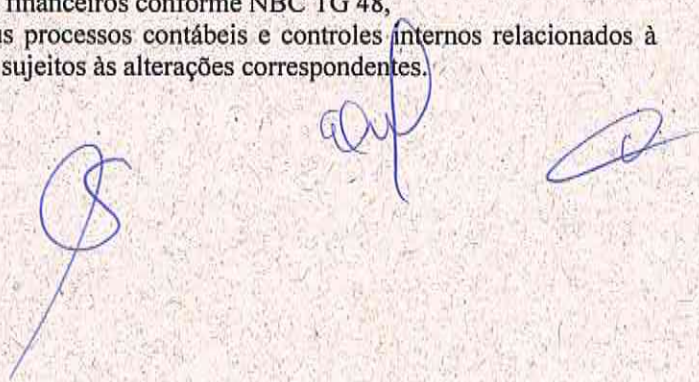
Decorrem de obrigação legal de registrar os direitos do empregado, sendo que no caso da provisão de férias a Entidade calcula 1/12 acrescido de um terço do salário-base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando então tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário a Entidade calcula 1/12 do salário-base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando então é efetuado o desembolso.

i. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48,

Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.



4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	17	-
Contas Bancárias (i)	905	693
Aplicações financeiras (ii)	36.202	30.976
Total	37.124	31.438
(-) Recursos vinculados a convênios (iii)	(1.615)	(1.063)
Total	35.509	30.606

(i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cuja posição, no período findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

Descrição	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Banco do Brasil S.A.	884	655
Banco da Amazônia	1	-
Caixa Econômica Federal - CEF	20	38
Total	905	693

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Instituição financeira	Tipo da aplicação	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa Econômica Federal	FIF CAIXA	13.588	24.088
Banco do Brasil S.A.	FIF Milênio	22.720	6.919
Banco do Brasil S.A.	Poupança	-	-
Provisão para IRRF (*)		(106)	(31)
Total		36.202	30.976

(*) Refere-se à estimativa da Provisão de Imposto de Renda na Fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

5 Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Clientes	1.636	1.506
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(435)	(286)
Total	1.201	1.220

Os valores registrados na rubrica "Clientes" correspondem operações de venda de serviços, que englobam em sua maioria serviços de consultoria, capacitação e locação do espaço lotado no Centro de Eventos do Pantanal à Clientes.

6 Numerários vinculados a convênios e programas

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contas correntes vinculadas a convênios	1	-
Aplicações financeiras vinculadas a convênios	137	290
Recursos CSN a executar (i)	1.615	1.064
Total	1.753	1.354

- (i) A contrapartida desses recursos está registrada no passivo exigível (Nota Explicativa nº 08), e por se tratar de recursos vinculados a convênios, não compõem o montante de caixa e equivalentes de caixa conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O eventual saldo não utilizado até o final do prazo de execução dos espectivos projetos e programas é devolvido.

7 Outros Creditos (Adiantamentos Concedidos)

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamento a funcionários (i)	25	399
Adiantamentos para Viagens (ii)	154	-
Total	179	399

- (i) A rubrica "adiantamentos a funcionários" contempla, basicamente, o saldo pago adiantamento de férias.
- (ii) Contempla os valores adiantados para a realização de viagens. Estes valores serão baixados para despesa ou devolvidos no momento da prestação de contas.





8 Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal chave da Administração e familiares próximos;

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
CSO – Recursos Ordinários a Receber	3.913	8.284
CSN – Recursos Adicionais a Receber	-	1.058
Total	3.913	9.342

A CSO – Recursos Ordinários a Receber refere-se ao direito de recebimento com o SEBRAE/NA, da Contribuição Social Ordinária apurada no mês de março de 2018 a ser recebida em abril de 2018.

A CSN - Contribuições Adicionais a Receber refere-se ao direito de recebimento com o SEBRAE/NA, referente aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, que não foram recebidos financeiramente. O registro é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

b. Obrigações com Sistema Sebrae

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
CSN a comprovar (i)	1.616	2.121
Programa de imobilização (ii)	422	417
Programa de Desligamento Incentivado (iii)	1.818	1.798
Total a Curto Prazo	3.856	4.336
Programa de Imobilização – longo prazo (ii)	1.452	1.530
Programa de Desligamento Incentivado (iii)	2.601	2.997
Total a Longo Prazo	4.053	4.527
Total	7.909	8.863

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais – CSN", recebidos e alocados nos projetos de atendimentos específicos que ainda não foram executadas na sua totalidade. As informações do relatório de transferência do CSN do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) serão utilizados como única fonte de informação para ao acerto final do exercício. Esses valores estão depositados em conta bancária, mas não compõem o caixa e equivalentes de caixa do SEBRAE/MT (Nota Explicativa nº 4).
- (ii) Os valores referem-se a recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/MT na forma de adiantamento de Contribuição Social conforme Contrato nº 216/2014 com o objetivo de construção da sede no município de Cáceres.
- (iii) Os valores referem-se a recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/MT na forma de adiantamento de Contribuição Social conforme Contrato nº 395/2017 com o objetivo de realização do plano de demissão incentivada – readequação do quadro de pessoal.

c. Transações de resultado

Descrição	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	14.043	12.122
Contribuição Social Nacional (CSN)	2.138	1.200
Total	16.181	12.322

Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação realizada.

Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37).

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos à Diretoria Executiva.



Remuneração de pessoal-chave da Administração:

Contempla somente os membros da Diretoria Executiva. No Estatuto Social do SEBRAE/MT é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

O pessoal-chave da administração é composto por profissionais que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Entidade, incluindo os diretores e superintendente. A remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

Descrição	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Salários e proventos	260	248
Gratificação de Diretoria	51	49
13º salário	26	25
Férias	35	33
Encargos trabalhistas	122	119
Benefícios	15	15
Total	509	489

9 Provisões

As provisões são constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/MT.

a. Provisões trabalhistas

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/MT. O SEBRAE/MT possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda "Possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas informações demonstrações financeiras:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Risco cível	10.108	10.108
Risco trabalhista	431	431
	10.539	10.539

b. Depósitos judiciais

A seguir, demonstramos a composição de depósitos judiciais em que o SEBRAE/MT é autor das ações, relacionadas aos processos judiciais administrativos e fiscais com provável possibilidade de êxito:

Depósitos judiciais

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais – Processos em andamento	97	96
	<u>97</u>	<u>96</u>

10 Imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Itens	Taxa anual de depreciação	Movimentação do Período			Valor Líquido		
		Custo	Adições	Baixa / Ajustes	Depreciação acumulada	31/03/2018	31/12/2017
Terrenos	-	16.901				16.901	16.901
Edificações (i)	2 a 4	31.751			-13.585	18.166	18.354
Obras em Andamento (i)	-	110				110	110
Móveis e utensílios	10	2.011	2		-1.339	674	710
Veículos e Acessórios	20	1.163			-1.067	96	122
Máquinas e equipamentos	10	3.234	7		-1.682	1.559	1.622
Equipamentos de Informática	20	5.750			-4.059	1.691	1.875
Instalações	5	1.187			-109	1.078	1.093
Obras de arte	-	110				110	110
Bens imóveis de terceiros	5,56	2.707			-545	2.162	2.180
Total		<u>64.924</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-22.386</u>	<u>42.547</u>	<u>43.077</u>

11 Remunerações e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Encargos sociais a recolher (i)	799	394
Consignações a pagar	-	-
Total	<u>799</u>	<u>394</u>

- (i) Os encargos sociais a recolher são obrigações com a folha de pagamento decorrentes do INSS e FGTS com vencimento no mês subsequente.

12 Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a serem pagos em abril de 2018, decorrentes obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados e terceiros como segue::

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF s/ salários a recolher	378	383
IRRF s/ serviços de terceiros a Recolher	9	31
ISSQN s/ serviços de terceiros	40	102
INSS s/ serviços de terceiros	34	49
PIS/COFINS/CSLL s/ serviços de terceiros	20	46
PIS s/ salários a recolher	22	26
ISS s/ receita a recolher	45	34
Total	548	671

13 Obrigações com Convênios e Contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios recebidos, ainda não utilizados, conforme demonstrado abaixo:

Convênio	31/03/2018	31/12/2017
Conv. 001/16 – Comajul	51	48
Total	51	48

As obrigações com convênios e contratos correspondem a verbas recebidas dos parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios.

14 Obrigações trabalhistas

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Provisões sobre Férias	1.610	1.857
Provisões sobre 13º Salário	428	-
Outras Provisões (i)	635	1.523
Total	2.673	3.380

- (i) O valor corresponde a provisão de remuneração variável. O saldo em 31/12/2017 teve sua liquidação em março de 2018.





15 Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e convênios com outras entidades:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.671	3.757
Adiantamento de Clientes (i)	383	246
Total	2.054	4.003

- (i) Corresponde a valores adiantado por clientes, conforme contrato, referente a locação futura de espaço no Centro de Eventos do Pantanal. A baixa deste valor se dará pela efetivação da receita, que ocorre no momento da realização do evento.

16 Patrimônio líquido

	31/03/2018	31/12/2017
Superávit Acumulado	47.090	49.358
Superávit (déficit) do período	2.333	(2.304)
Ajuste Avaliação Patrimonial	22.013	22.050
Total	71.436	69.104

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

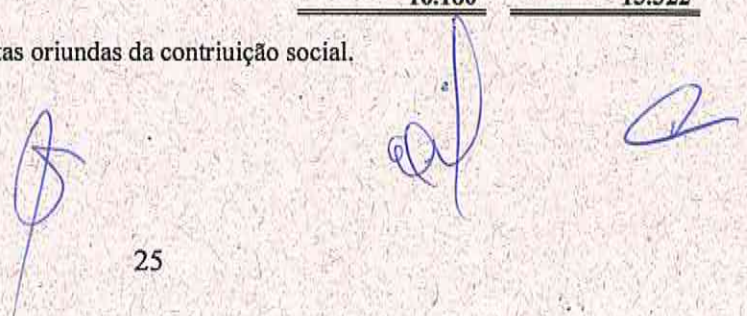
b. Superávits acumulados

Refere-se ao resultado apurado em cada período. Após deliberação e aprovação das demonstrações financeiras pela Administração, estes valores são absorvidos pelo patrimônio líquido da Entidade.

17 Receita com Contribuição Social

Descrição	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	14.043	12.122
Contribuição Social Nacional (CSN)	2.137	1.200
Total	16.180	13.322

Nesse grupo são registradas as receitas oriundas da contribuição social.



18 Receita de empresas beneficiadas

Descrição	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Treinamento	197	337
Consultoria	573	828
Feiras/Locação de Espaço	60	373
Empretec	2	26
Geração Solar	5	-
Outras receitas de empresas beneficiadas	83	5
Total	920	1.569

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, consultoria, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros.

19 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Salários e proventos	(3.461)	(3.258)
13º salário	(327)	(329)
Férias	(463)	(457)
Encargos trabalhistas	(1.435)	(1.659)
Benefícios	(1.522)	(1.794)
Outros gastos com pessoal	(153)	(34)
Total	(7.361)	(7.531)

20 Despesas com Serviços profissionais e contratados

Nesta grupo são registradas as despesas oriundas de serviços para realização de ações e eventos relacionados a projetos e atividades de suporte do Sebrae/MT.

Descrição	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	31/03/2018	31/03/2017
Instrutoria e consultoria	(1.744)	(1.139)
Serviços técnicos especializados	(734)	(740)
Manutenção, segurança e limpeza	(938)	(877)
Demais serviços contratados	(662)	(384)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(3)	(1)
Total	(4.081)	(3.141)

A variação positiva nas despesas com serviços profissionais e contratados foi motivada pelo aumento das ações e metas do SEBRAE/MT, vinculadas a recursos da “Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN”, referente aos projetos de atendimento específicos.

21 Custos e despesas de operacionalização

Neste grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transporte, diárias e hospedagem, que atendem aos diversos projetos/atividades da Entidade.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Diárias e hospedagem	(605)	(480)
Passagens e transportes	(219)	(254)
Aluguéis e encargos	(433)	(361)
Divulgação e publicidade	(244)	(120)
Serviços gráficos	(154)	(80)
Serviço de comunicação	(339)	(309)
Material de consumo	(225)	(208)
Demais custos e despesas	(284)	(252)
Total	(2.503)	(2.064)

22 Outras Despesas Operacionais

Neste grupo são registrados os gastos com Despesas com convênios, Custo na baixa do ativo imobilizado e Despesas de exercícios anteriores. Os gastos realizados no exercício foram:

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Despesas com convênios (i)	164	133
Despesas de exercício anterior	-	7
Custo na baixa do ativo imobilizado	-	4
Total	16.180	144

(i) Na rubrica “Despesas com convênios”, são registradas os valores referente prestações de contas de valores transferidos a entidades parceiras na forma de convênios para a realização de ações previstas em seu programa de trabalho para o período e efetivamente comprovados. As execuções financeiras realizadas no exercício foram:

Nº Convênio	Nomes	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
015/2015	ARCA Multincubadora	(164)	(104)
010/2015	Conv. SENAR - Negócio Certo Rural	-	(29)
Total		(164)	(133)

23 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido referente aos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Rendimentos de Recursos	550	989
Despesas financeiras	(49)	(64)
Total	501	925

